

17 SET 1995

Dívidas e salários paralisam governos estaduais

Compromissos consomem maior parte das receitas e Estados ficam sem dinheiro para investir

JOÃO UNES
e REGINA TERRAZ

Os governos estaduais estão paralisados pela falta de recursos. Atolados até o pescoço com o pagamento dos servidores e dos juros das dívidas, os governadores não têm de onde tirar dinheiro para novos investimentos. A situação piora a cada mês, agravada pelo peso das pensões dos servidores inativos e pelos altos juros sobre a rolagem dos débitos. A escassez de recursos para investimentos ignora até os partidos dos governadores e o tipo de relacionamento que mantêm com o Palácio do Planalto. Os três maiores Estados da Federação — São Paulo, Rio e Minas —, embora sejam do PSDB do presidente Fernando Henrique Cardoso, enfrentam problemas iguais aos do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, governados pelo petista Vitor Buain e pelo peemedebista Antônio Britto.

A situação de dificuldade dos Estados ficou evidente na reunião de quarta-feira passada entre os secretários de Planejamento de 24 Estados na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Não faltaram reclamações e pedidos para diminuir o pagamento das dívidas, o que daria mais fôlego ao Estado. "Os governadores vivem uma situação de asfixia", classificou o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, vão discutir o assunto no dia 3 de outubro em sessão na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. No dia 10, todos os governadores estarão reunidos para encontrar uma solução para a questão da dívida.

Em alguns Estados, como Mato Grosso, a folha de pagamentos chega a consumir 100% da receita. A situação no Estado beira o caos. Até o mês de agosto, Mato Grosso já tinha deixado de pagar quatro meses de salário dos servidores. A expectativa mais otimista até o fim do ano é de que o governo consiga pagar apenas 8 dos 13 salários dos servidores.

"Estamos virando gestores de pessoal", definiu o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (PMDB). Nos primeiros oito meses de governo, Paulo Afonso foi obrigado a assistir ao crescimento descontrolado da fatia da receita reservada ao funcionalismo, que pulou de 68% para 90,2%. Nesse período, a disponibilidade de recursos do Estado para investimento que era de 9,5% em janeiro —, despencou para 0% em agosto. Pelos cálculos do governador, o funcionalismo estará consumindo 100% da receita do Estado até agosto de 1996.

Entre os aliados do Planalto a si-

A SITUAÇÃO DOS COFRES ESTADUAIS						
Estados	Receita (R\$)*	Como a receita dos Estados é comprometida			Quanto sobra para investimentos (%)	Dívida total do Estado (R\$)**
		% gasta com folha de pagamento	Custeio da máquina (%)	Encargos da dívida (%)		
 BAHIA	2,4 bilhões	60	10 a 12	15	12 a 15	3,6 bilhões
 ESPÍRITO SANTO	1,2 bilhão	85	2,6	7,4	5	612 milhões
 MARANHÃO	1,1 bilhão	62	24,5	12,2	1,3	2,8 bilhões
 MATO GROSSO	768 milhões	100		21	nada	1,4 bilhão
 MINAS GERAIS	4,8 bilhões	75	3	18	5,2	8,5 bilhões
 RIO DE JANEIRO	4,5 bilhões	81	10 a 15	4	1 a 5	6 bilhões
 R. GRANDE DO SUL	3,6 bilhões	81	6	11	4	3,6 bilhões
 SÃO PAULO	18 bilhões	70	22	3	5	45,6 bilhões

Fonte: Secretarias Estaduais da Fazenda
* Receita estimada para 1995 ** Posição em agosto

tuação não é diferente. No Rio, as despesas com a folha de pagamento crescem 3% ao mês — 42% ao ano. Isso ocorre graças à vasta rede de benefícios aos servidores e pensionistas, que incluem quinquênios, anuênios e outros prêmios.

Como solução para esse problema, não existe outra alternativa senão a reforma administrativa, garantem os governadores. Em São Paulo, por exemplo, o governador Mário Covas demitiu cerca de 8 mil funcionários para reduzir despesas, o que corresponde a 1,15% do total de servidores. O número, no entanto, se torna insignificante se comparado ao crescimento da folha de pagamento: 1% ao mês.

Para dar fôlego ao Estado, o governo teria que demitir mais servidores, o que é impossível por causa da estabilidade do funcionalismo, prevista na Constituição. "Precisamos da reforma administrativa", insiste o secretário da Fazenda de Minas, João Heraldo Lima. "Não há

solução no âmbito fiscal."

Os encargos com o pagamento de juros das dívidas com a União também ajudam a evaporar as finanças dos Estados. A situação de São Paulo é a mais dramática. As dívidas contratual (contraída com bancos federais e estaduais) e mobiliária (títulos financeiros do Tesouro paulista), que em 31 de dezembro de 1994 somavam R\$ 34,1 bilhões, subiram em oito meses para R\$ 45,6 bilhões. Embora o governo paulista tenha amortizado cerca de R\$ 900 milhões, os juros da dívida de dezembro a agosto superaram esse valor: R\$ 1,4 bilhão por mês ou R\$ 11,4 bilhões no total. "Com esses juros, a dívida é impagável", sustenta o secretário da Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano.

Além dessa dívida, existe ainda um total de aproximadamente R\$ 10 bilhões referentes a débitos com empreiteiros, fornecedores e sentenças judiciais, montante cujo pagamento nem está previsto no Orçamento do Estado para 1996.

Por causa do tamanho da dívida, São Paulo é um dos Estados que vêm com simpatia a idéia de baixar de 11% para 7% o limite mínimo de comprometimento da renda líquida com o pagamento da dívida com a União. Essa proposta foi discutida na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Pela proposta dos secretários, esse limite deve cair para 7% em 1996 e 9% em 1997. "Se esse porcentual diminuísse, sua diferença poderia ser revertida em investimentos", afir-

VIRAMOS
GESTORES DE
PESSOAL, DIZ
PAULO AFONSO

ma o secretário Nakano.

No Maranhão, mais de 12% da receita líquida do Estado é destinada à amortização dos débitos com a União. O governo do Estado envia mais de R\$ 113 milhões anuais para o pagamento de juros. Descontados, ainda, os gastos com a folha de pagamentos e a manutenção da máquina, o Maranhão dispõe de apenas 1,3% da receita para investir em obras. No Piauí, a situação é pior. Com o desvio de 15% da receita para o pagamento dos juros da dívida e 85% para a folha do funcionalismo, o Estado não consegue segurar nenhum centavo. "Nossa capacidade de investir é nula", contou o secretário do Planejamento do Piauí, Antônio José Guerra. "Em pouco tempo, vamos assistir à paralisação dos governos." No Amazonas, a paralisia já chegou. Com 85% da receita comprometida com o pagamento do funcionalismo e 14,8% destinados aos juros da dívida, não sobra nada para investir.